



HUGO DE BRITO **MACHADO SEGUNDO**

PODER PÚBLICO E LITIGIOSIDADE

2021 © Editora Foco
Autor: Hugo de Brito Machado Segundo
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima
Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

M149p Machado, Hugo de Brito
 Poder público e litigiosidade / Hugo de Brito Machado. - Indaiatuba, SP :
 Editora Foco, 2021.
 168 p. ; 17cm x 24cm.
 Inclui índice e bibliografia.
 ISBN 978-65-5515-158-9
 1. Direito Público. 2. Poder público. 3. Litigiosidade. I. Título.
 2020-2460 11 25 169 CDD 341 CDU 342

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito Público 341 2. Direito Público 342

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (10.2020) Data de Fechamento (10.2020)

2021

Todos os direitos reservados à
 Editora Foco Jurídico Ltda.

Rua Nove de Julho, 1779 – Vila Areal
 CEP 13333-070 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

NOTA AO LEITOR.....	III
1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS	1
1.1. A origem natural dos grupos de seres vivos e do papel de seus líderes	1
1.2. A capacidade de criar realidades institucionais e a distinção dos grupos humanos	3
1.3. Estado, Estado de Direito e Tríplice Função	4
1.4. Diálogo entre Teoria e Prática	10
2. PROVA E VERDADE NOS PROCESSOS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO.....	11
2.1. A importância da verdade para a correta aplicação do Direito.....	11
2.2. Precariedade da cognição humana e repercussões no campo probatório	12
2.3. Ônus da prova em questões tributárias.....	19
2.4. Arbitramento como “última ratio”	21
2.5. Provas e indícios.....	23
2.6. Questões de fato e a recusa em se produzirem provas no processo	23
2.7. Poderes instrutórios do juiz e presunção de veracidade dos atos administrativos.....	25
2.8. Fundamentação da sentença que aprecia questões de fato	27
3. OS CUSTOS DE SE DEMANDAR CONTRA O PODER PÚBLICO	31
3.1. Despesas processuais e efetividade da jurisdição	31
3.2. Honorários advocatícios de sucumbência	33
4. TUTELAS PROVISÓRIAS EM FACE DO PODER PÚBLICO	41
4.1. Classificação dos provimentos judiciais e tutelas provisórias	41
4.2. Fundamento constitucional para a concessão de tutelas provisórias.....	42
4.3. Interpretação das regras que veiculam restrições à concessão de tutelas provisórias contra o Poder Público.....	46
4.4. Liminares e compensação tributária	47
4.5. A questão da proliferação de liminares	49
4.6. O pedido de suspensão de liminar e de segurança.....	50

5. EXECUÇÃO CONTRA O PODER PÚBLICO.....	53
5.1. Cumprimento de sentença como modalidades de execução (em sentido amplo) contra a Fazenda Pública.....	54
5.2. Realidade brasileira anterior ao precatório.....	54
5.3. Problemas atuais da sistemática de precatório.....	56
5.3.1. Oportunidades de protelação abertas à Fazenda.....	56
5.3.2. Não inclusão do valor no orçamento	57
5.4. Assimetrias relativamente à execução movida pelo Poder Público e sua justificação	60
5.5. Igualdade e critérios de atualização de dívidas	61
5.6. Emendas constitucionais e violação de cláusulas pétreas	62
5.7. O regramento da EC 94/2016.....	66
5.8. Ampliação da sistemática inerente às “requisições de pequeno valor – RPV” ..	67
6. EXECUÇÃO PELO PODER PÚBLICO	71
6.1. Tutela executiva e o recebimento de créditos pelo Poder Público	71
6.2. Particularidades da execução fiscal.....	73
6.3. Ineficiência da execução fiscal e meios alternativos de cobrança	75
6.4. Execução administrativa?.....	76
7. EFICÁCIA TEMPORAL DAS DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO E SEGURANÇA JURÍDICA	81
7.1. Modulação de efeitos e sua justificação	81
7.2. Modulação em favor do Poder Público e fundamentos do controle de constitucionalidade.....	83
7.3. Modulação, restituição do indébito e constitucionalidade eficaz	84
7.4. Tratamento do assunto no Tribunal de Justiça Europeu	85
7.5. Jurisprudência brasileira relativamente à modulação, em matéria tributária ..	86
7.6. Caminhos na busca por critérios	88
8. FUNDAMENTOS USADOS NAS DECISÕES JUDICIAIS PROFERIDAS EM PROCESSOS EM QUE É PARTE O PODER PÚBLICO.....	91
8.1. A tensão entre descobrir e criar e a natureza institucional do Direito.....	92
8.2. Coerência, papel criador e imparcialidade	94
8.3. O que a incoerência é capaz de revelar	96
8.4. Exemplos de possíveis incoerências.....	97
8.4.1. A quem pertencem os juros de depósitos judiciais feitos para suspender a exigibilidade do crédito tributário?	97

8.4.2.	Natureza “interna” ou “aduaneira” do PIS e da COFINS incidentes na importação	98
8.4.3.	ICMS no transporte de passageiros	99
8.4.4.	Unidade da pessoa jurídica dividida entre matriz e filiais.....	100
8.5.	Situações em que se guardou coerência e suas consequências práticas	102
8.5.1.	Lançamento por homologação: declaração desacompanhada de pagamento	102
8.5.1.1.	Lançamento por homologação e denúncia espontânea.....	104
8.5.1.2.	Lançamento por homologação, coerência e contagem da prescrição	106
8.5.1.3.	Demonstração prática do valor da coerência	107
8.6.	Integridade da jurisprudência	108
8.7.	Estabilidade da jurisprudência	108
8.8.	Outros requisitos a serem observados na fundamentação da decisão judicial.	109
8.8.1.	Preliminarmente	109
8.8.2.	O art. 489, §§ 1.º e 2.º do CPC e as hipóteses de falta de fundamentação	110
8.8.3.	Como aferir se uma decisão está minimamente fundamentada?	111
9.	COISA JULGADA E QUESTÕES ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO.....	115
9.1.	Preliminarmente.....	115
9.2.	O que é “coisa julgada”?	115
9.3.	Uma decisão transitada em julgado pode produzir efeitos em relação a fatos futuros?	116
9.4.	E se a alteração se verificar na jurisprudência?.....	120
9.5.	Instrumentos adequados à rediscussão de questões diante de alteração jurisprudencial	121
9.6.	A coisa julgada administrativa	124
10.	PROPOSTAS PARA UMA JURISDIÇÃO MAIS EFETIVA EM FACE DO PODER PÚBLICO	127
10.1.	Fixação de critérios para a escolha de assessores por parte de membros do Poder Judiciário.....	127
10.2.	Redução da influência do Poder Executivo na escolha dos membros das Cortes Superiores	128
10.3.	Uso da inteligência artificial por autoridades fazendárias e por julgadores	129
10.4.	Incremento na utilização de métodos alternativos e mudança na cultura de “judicialização”	131

VIII DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL • PAULO ROBERTO DE FIGUEIREDO DANTAS

11. MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS E O PODER PÚBLICO.....	135
11.1. Mediação e conciliação.....	136
11.2. Transação.....	136
11.3. Arbitragem	138
11.4. Processo administrativo e “autotutela”	141
11.5. Sanções políticas e protesto de CDA.....	142
11.5.1. O protesto como forma de cobrança	148
REFERÊNCIAS.....	149
ÍNDICE REMISSIVO.....	155